



O novo imperialismo britânico e o fenômeno Brasil

P

JOSÉ JOBSON DE ANDRADE ARRUDA

**JOSÉ JOBSON DE
ANDRADE ARRUDA**
é professor aposentado
de História Moderna da
FFLCH-USP.

ontua do por tensões mais ou menos agudas, que se alongaram durante todo o século XVIII, o choque franco-britânico ganhou intensidade no final da centúria, elevado à categoria de conflito mundial *avant la lettre*, enredando em suas tramas todo o continente euro-asiático, desde as ilhas britânicas aos confins das planícies russas, do estreito de Gibraltar aos contrafortes escandinavos, espreado-se por latitudes e longitudes planetárias, por envolver os domínios coloniais conquistados pelas potências européias nos territórios afro-asiáticos e, sobretudo, americanos.

Rompendo a clássica política de equilíbrio que matizava as relações internacionais durante toda a época moderna, estava em jogo não a hegemonia circunstancial, de média duração, de emergência conjuntural, mas, sim, a busca da hegemonia absoluta, a primazia de uma só potência, elevada à categoria de poder unipolar. É isso que se decide nos conflitos armados iniciados com as guerras da Revolução Francesa e do Império napoleônico: se prevaleceriam as forças terrestres ou marítimas. Se, como pensava Napoleão, seria possível “vencer o mar pelo poderio da terra” ou, pelo contrário, como projetavam os estrategistas ingleses do Foreign Office, o domínio das massas líquidas dar-se-ia através da Royal Navy, dando-lhes o controle dos mercados continentais por serem dependentes, cada vez mais, da rede de comunicações interoceânicas.

É exatamente nesse contexto que a voltagem histórica dos territórios coloniais se eleva, pois são projetados à primeira cena do movimento da história, resgatados da condição de coadjuvantes a que tinham sido por séculos relegados. Caso exponencial da colônia brasileira, transformada em riqueza maior do Império português, produtor estratégico de matérias-primas essenciais ao arranque dos países europeus rumo à industrialização. É isso que designamos por “fenômeno Brasil”, a explosão agrícola de uma colônia que rompe a tradicional monoexploração, seja dos metais e pedras preciosos, seja da monocultura canavieira e da indústria açucareira.

As possibilidades de exploração colonial assumiam uma nova configuração, altamente atraente para a potência que ansiava pela hegemonia absoluta à escala mundial e que se encontrava, por força do desenvolvimento específico de sua trajetória histórico-cultural, mais apetrechada a fazê-lo. Em fase acelerada de desenvolvimento industrial, de constituição e aprimoramento das técnicas do capital bancário e financeiro, as elites políticas e empresariais britânicas abandonam celeremente as antigas práticas do imperialismo arquitetado no bojo do capital mercantil e do sistema mercantilista, passando a repensar a dominação direta de territórios coloniais como forma suprema de exercícios da dominação econômica e política, optando por uma alternativa mais consentânea com a dinâmica renovada que seu sistema econômico adquirira. Ou seja, na prática e na teoria, crescem os desejos de uma economia mundial totalmente liberta das peias dos monopólios, mercado livre esse que oferecia aos britânicos as mais amplas vantagens, pois eram os únicos que teriam condições de ofertar mercadorias com qualidade, variedade e preços, impossíveis de serem confrontados. Ao imperialismo do mercantilismo sucede, portanto, a teoria e a prática do imperialismo do comércio livre, a idéia criativa de que era preferível a subordinação econômico-financeira dos países emergentes da condição de ex-colônias à dominação política, direta e territorial.

É por via desses enquadramentos da conjuntura política e econômica mundial

que se pode entrever a cadeia de eventos que conformam um dos acontecimentos da mais alta significação histórica, ocorrido nesse período em que praticamente não há fatos de baixa significação. A transmigração da corte portuguesa para um dos extremos de seu império é um fato marcante na história da civilização ocidental: único em sua densidade específica.

Nesse senso, impõe-se a retomada das razões objetivas a partir das quais busca-se explicar a transferência da corte portuguesa para o Brasil, mudança forçada tanto quanto foi compulsória a transposição de cinco milhões de africanos para a terra *brasilis*. Independentemente do número de indivíduos que compuseram o séquito da corte, se foram dez ou 15 mil, trata-se de evento sem paralelo na história da humanidade: a totalidade do aparato burocrático e administrativo de um Estado transladar-se através do oceano para outro continente, levando consigo todo o arsenal necessário ao exercício do poder, que nem de longe se pode comparar a todos os deslocamentos provocados pela avalanche napoleônica. Basta lembrar o que Oliveira Lima, de maneira precursora, chamou de cortes em fuga:

“[...] extraordinário espetáculo: o rei da Espanha mendigando em solo francês a proteção de Napoleão; o rei da Prússia foragido da sua capital ocupada pelos soldados franceses; o Stathouder, quase rei da Holanda, refugiado em Londres; o rei das Duas Sicílias exilado na sua linda Nápoles; as dinastias da Toscana e Parma, errantes; o rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliari, que o gênio de publicista do seu embaixador na Rússia, Joseph de Maistre, bastava entretanto para tornar famosa; o Doge e os X enxotados do tablado político; o czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinávia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigado de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis”¹.

1 Cf. Manuel de Oliveira Lima, *Dom João VI no Brasil*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Topbooks, 1996, p. 149.

Todas essas evasões têm em comum o fato de serem historicamente depressivas. Nenhuma foi capaz de arregimentar uma nação; fundar um Estado; preservar o regime monárquico; lastrear um império em terras tropicais, fustigadas pelos ventos do republicanismo que exercia enorme fascínio sobre as elites intelectualizadas nos espaços recentemente descolonizados. Também aos espanhóis ocorreu a mesma alternativa à submissão inglória a Napoleão, ao aventarem a hipótese de se transladar ao México, mas cujo projeto ficou apenas nas intenções, nos sonhos, sem condições de se viabilizar².

É de vital importância, portanto, que sejamos capazes de inquirir motivações mais profundas da epopéia portuguesa, até aqui atrelada de modo quase absoluto ao torvelinho político gerado pelo furacão napoleônico, uma naturalização das explicações históricas assumidas sem crítica pela quase totalidade dos numerosos textos produzidos por ocasião das celebrações do bicentenário, com raras exceções, sob o império da modalidade do fazer histórico dominante, o privilegiamento do *como*, da descrição, da narração, em desfavor do *porquê*, da busca dos nexos causais, das razões mais profundas que alicerçam a modalidade histórica compreensiva³.

Quando afirmamos que houve naturalização das interpretações, é porque em nenhum momento a explicação francesa foi questionada, o papel desempenhado pelo curso posto em xeque, numa evidente mitificação do fenômeno Napoleão. Isso talvez se explique pelas novas faturas da história colocadas diante da argúcia do historiador. A disposição para investigar aquilo que parece efetivamente promissor em matéria de construção histórica, ou seja, a história-artefato produzida pela artesanania da nova história cultural: usos, costumes, gestos, práticas, cotidianos, vestuário, mobiliário, habitação, alimentação, arte, música, teatro, imprensa, recepção cultural, imaginários. Mas uma razão não menos importante deve ser debitada na conta do interesse midiático, a sujeição temática ao cardápio de suas preferências, sobretudo imagens facilmente apropriáveis e plenamente re-

ceptivas à massa de consumidores, em sua forma falada, escrita ou televisiva. Nem mesmo a comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil mereceu cobertura tão intensa e diversificada. A tal ponto que historiadores do porte de Evaldo Cabral de Mello atacaram a importância do evento, considerando-o uma “armação de carioca”⁴, mas que efetivamente acabou por produzir, em nossa opinião, um excelente trabalho de mobilização da pesquisa histórica, destinada a mover o interesse de milhões de brasileiros para esse evento histórico singular.

Um verdadeiro frenesi de lançamentos apossou-se das editoras, o que revela a alta receptividade por parte do mercado e a conseqüente elevação dos temas históricos, sobretudo aqueles enredados nas comemorações, à categoria de temas preferidos pela indústria cultural. Somente assim se pode explicar por que um jornalista, que jamais havia escrito um livro de história, que não é historiador de profissão, tenha conseguido o prodígio de vender mais de 200 mil exemplares da obra *1808*, com um subtítulo altamente apelativo – *Como uma Rainha Louca, um Príncipe Medroso e uma Corte Corrupta Enganaram Napoleão e Mudaram a História de Portugal e do Brasil* –, evidente arremedo de verdade histórica⁵.

Autores e livros de oportunidade que, como toda regra, têm sua exceção, e que pode ser exemplificada pelo também jornalista Patrick Wilcken, nascido na Austrália, ambientado no Brasil, que elegeu a epopéia portuguesa para escrever seu primeiro livro, mas que o fez com propriedade, alicerçando suas reflexões com referências documentais consistentes, fruto de pesquisa nas bibliotecas e nos arquivos nacionais e estrangeiros. Deve-se a seu tino a localização do documento mais instigante entre tantos outros que foram revelados nessa cruzada em favor da história brasileira em seu nascedouro. Referimo-nos ao documento localizado na British Library Manuscripts Room, que trata do projeto inglês de ocupar militarmente o Rio de Janeiro, elaborado entre 1805 e 1806, portanto, antes do agravamento das tensões que levaram D. João a se decidir por deixar Portugal⁶.

2 Projeto inconcluso elaborado por Carlos IV e seu herdeiro, futuro Fernando VII, que pretendiam transferir-se ao México.

3 Cf. José Jobson de Andrade Arruda, “Linhagens Historiográficas Contemporâneas: por uma Nova Síntese Histórica”, in *Revista População e Sociedade*, CEPFAM (Centro de Estudos da População e da Família), Porto, n. 4, 1998, pp. 29-42.

4 “Essa história de comemoração da vinda da corte ao Brasil é armação de carioca para promover o Rio de Janeiro” (“O Primeiro Ano do Resto de Nossas Vidas”, in *Folha de S. Paulo*, Maist, 25/nov./2007, p. 4).

5 Cf. Laurentino Gomes, *1808*, São Paulo, Planeta, 2007.

6 Cf. Patrick Wilcken, *Império à Deriva. A Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2005.

Se o Descobrimento do Brasil foi intensamente comemorado pelos portugueses, traduzido em farta publicação de títulos absolutamente relevantes que ressignificaram a compreensão da expansão portuguesa nos séculos XV e XVI, resultado do programa estratégico para as comemorações elaborado pela comissão especialmente criada para esse fim⁷, as publicações sobre a vinda da família real foram, compreensivelmente, parcas, pois se trata da história de uma perda irreparável, de uma efetiva mutilação do império. Isso explica por que, no que diz respeito à conexão Brasil, os lançamentos de maior relevo foram as biografias de D. João VI e D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil)⁸. O foco privilegiado de atenção continua sendo as guerras peninsulares, estas, sim, objeto de uma pletora de lançamentos editoriais em Portugal⁹, imersa num minucioso detalhamento da grande guerra, finalmente vencida por Portugal contra os exércitos napoleônicos considerados imbatíveis, mesmo que para tanto a contribuição dos ingleses tenha sido essencial, fruto também do encapsulamento intelectual e cultural que, durante séculos, a cultura francesa exerceu sobre Portugal.

Em nossa perspectiva, a transferência da sede do Império português para o Rio de Janeiro, na forma do deslocamento da corte e todo seu aparato institucional, foi um projeto longamente acalentado pela inteligência britânica, encastelada no Foreign Office, com a finalidade de estabelecer uma ligação direta com a rica colônia portuguesa, eliminando o papel de intermediário exercido pelos portos portugueses. A consciência dessa necessidade foi lentamente se formando a partir de um momento simbólico, o ano de 1776, que marca, ao mesmo tempo, a perda da riquíssima colônia norte-americana e a primeira vez em que a balança comercial britânica se torna deficitária em relação a Portugal, exigindo, para reequilibrá-la, a remessa de moedas de ouro, durante todo o quinquênio que medeia entre 1776 e 1780. Era o sinal de que a política pombalina de estímulo manufatureiro dava seus primeiros resultados, levando os ingleses a solicitar aos portugueses uma compensação por suas

perdas monetárias na forma de concessão do porto de Santa Catarina, na costa brasileira, como porto livre aos interesses britânicos.

Os ingleses acusaram o golpe, mas o consideraram passageiro, sobretudo porque suas necessidades financeiras não tinham a gravidade de que viriam a se revestir anos mais tarde. Mas a inversão da balança comercial voltou a se repetir no quinquênio 1791-95, conforme se depreende da tabela elaborada por Sandro Sideri. Dessa feita, o golpe foi expressivamente registrado por Robert Walpole que, em carta dirigida a lorde Greenville, em 12 de outubro de 1791, diz que o fato deveria ser olhado como “*a kind of phenomenon*”, ou seja, algo que, aparentemente, não tinha explicação racional. Depois de um reequilíbrio momentâneo, a balança voltou a registrar *deficits* brutais no quinquênio 1801-05 e consideráveis entre 1805 e 1810. Nesses momentos, as moedas portuguesas cunhadas com ouro do Brasil, e trazendo a efígie de D. João VI, passaram a retornar aos cofres portugueses, peças de ouro que as minas brasileiras produziram, os portugueses esbanjaram e o novo produto rei na pauta de exportação trazia de volta a Portugal: o algodão.

Quais eram as razões estruturais de tal inversão? Sem dúvida, o fenômeno constatado pelos ingleses estava no Brasil. No novo padrão de acumulação resultante das reformas pombalinas que estimulava a diversificação da produção agrícola e pastoril da colônia, fornecedora de alimentos, matérias-primas, além dos tradicionais produtos tropicais de reexportação. As matérias-primas produzidas na colônia passaram a ter um lugar de destaque no concerto internacional em tempos de Revolução Industrial. O algodão, especialmente, alimentava as nascentes manufaturas têxteis portuguesas, supria a necessidade da emergente indústria francesa, bem como da indústria inglesa, cujos fornecedores norte-americanos estavam temporariamente bloqueados pelas guerras de independência.

Era a colônia brasileira que criava as condições para o *superavit* da balança comercial portuguesa em relação à Inglaterra. Nesses termos, assumir o controle

7 Sobre a comparação entre o projeto português vis-à-vis o projeto brasileiro sobre a comemoração do Descobrimento do Brasil, ver: José Jobson de Andrade Arruda, *O Trágico 5º Centenário do Brasil*, Bauru, Edusc, 1999.

8 Cf. Jorge Pedreira e Fernando Dorez Costa, *D. João VI: um Príncipe entre Dois Continentes*, Lisboa, Circulo do Livro, 2008; Eugénio dos Santos, *D. Pedro IV*, Sintra, Rio de Mouro, 2006, além dos textos documentais de Luis Joaquim dos Santos Marrocos, *Cartas do Rio de Janeiro: 1811-1821*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2008; e Ana Canas Delgado Martins, *Governança e Arquivos: D. João VI no Brasil*, Lisboa, Ministério da Cultura, Torre do Tombo, 2007.

9 Cf. Antônio Pedro Vicente, *Guerra Peninsular 1801-1814*, Lisboa, QuidNovi, 2006; Antônio Ventura e Maria Leonor Machado de Sousa (coords.), *Guerra Peninsular: 200 Anos*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2007; Maria Leonor Machado de Sousa (coord.), *A Guerra Peninsular em Portugal. Relatos Britânicos*, Lisboa, Caleidoscópio, 2007; Instituto da Defesa Nacional, *Guerra Peninsular: Novas Interpretações*, Lisboa, Tribuna da História, 2005; João Torres Centeno, “Do Rossilhão ao Fim da Segunda Invasão Francesa 1807-1810”, in *O Exército Português na Guerra Peninsular*, Lisboa, Prefácio, 2008, v. I.

TABELA 1
COMÉRCIO BRITÂNICO-PORTUGUÊS, 1701-1820: MÉDIAS QÜINQÜENAS DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES EM LIBRAS

Anos	Exportações britânicas	% do total das exportações	Importações britânicas	% do total das importações	Superavit britânico	Superavit português
1701-1705	610.000	15,50	240.000	4,90	370.000	
1706-1710	650.000	14,90	240.000	5,60	410.000	
1711-1715	640.000	13,40	250.000	4,50	390.000	
1716-1720	700.000	14,80	350.000	5,80	350.000	
1721-1725	810.000	16,20	390.000	5,90	420.000	
1726-1730	910.000	18,30	360.000	5,00	550.000	
1731-1735	1.020.000	18,10	330.000	4,40	690.000	
1736-1740	1.160.000	19,10	300.000	4,10	860.000	
1741-1745	1.120.000	18,60	430.000	5,80	690.000	
1746-1750	1.110.000	14,70	320.000	4,30	790.000	
1751-1755	1.100.000	13,10	270.000	3,30	830.000	
1756-1760	1.300.000	17,00	260.000	2,90	1.040.000	
1761-1765	960.000	9,30	310.000	3,10	650.000	
1766-1770	600.000	6,30	360.000	3,00	240.000	
1771-1775	610.000	6,00	370.000	2,90	240.000	
1776-1780	520.000	6,40	880.000	3,40		140.000
1781-1785	620.000	6,70	340.000	2,70	280.000	
1786-1790	620.000	5,00	600.000	3,70	200.000	
1791-1795	590.000	3,60	720.000	3,80		130.000
1796-1800	810.000	3,90	700.000	2,90	110.000	
1801-1805	1.000.000	4,40	980.000	3,40	20.000	
1806-1810	1.400.000	4,90	1.000.000	3,30	400.000	
1811-1815	2.800.000	10,80	600.000	2,00	2.200.000	
1816-1820	1.640.000	4,30	520.000	1,60	1.120.000	

Fonte: adaptado de Sandro Sideri, *Comércio e Poder: Colonialismo Informal nas Relações Anglo-portuguesas*, Lisboa/Santos, Cosmos/Martins Fontes, 1978, p. 332.

TABELA 2
BALANÇA DE COMÉRCIO DA INGLATERRA COM PORTUGAL, 1796-1821 (EM LIBRAS)

Ano	Importação	Exportação	Superavit britânico	Média quinquenal (superavit)	Deficit britânico	Média quinquenal (deficit)
1796	1.357.521	1.375.483	17.961	140.617		
1797	1.105.549	1.285.448	179.899			
1798	1.896.740	1.850.394			46.346	
1799	2.516.171	2.454.347			61.824	
1800	1.861.899	2.475.295	613.396			
1801	2.680.837	1.355.377			1.325.460	900.107
1802	2.353.381	1.859.382			493.999	
1803	2.920.625	1.552.081			1.368.544	
1804	2.072.914	1.601.357			471.558	
1805	2.462.558	1.621.585			840.974	
1806	2.278.088	1.829.764			448.324	359.116
1807	2.214.214	1.506.187			708.027	
1808	223.050	546.215	323.165			
1809	2.039.519	1.258.876			780.644	
1810	2.838.629	2.656.878			181.751	
1811	1.201.073	5.988.878	4.787.804	2.891.989		
1812	1.924.330	4.815.101	2.890.771			
1813	1.739.438	5.022.825	3.283.387			
1814	1.827.659	3.787.486	1.959.827			
1815	2.115.406	3.653.565	1.538.159			
1816	1.162.887	2.765.500	1.602.613	922.958		
1817	1.713.852	2.521.937	808.085			
1818	1.923.444	2.164.322	240.877			
1819	1.169.441	2.073.932	904.491			
1820	1.097.725	2.156.450	1.058.725			
1821	1.134.602	2.398.494	1.263.891			

Fonte: José Jobson de Andrade Arruda, *Uma Colônia Entre Dois Impérios: a Abertura dos Portos Brasileiros 1800-1808*, Bauru, Edusc, 2008; Adelir Weber, *Relações Comerciais e Acumulação Mercantil: Portugal, Hamburgo e Brasil Entre a Colônia e a Nação*, tese de doutorado, São Paulo, FFLCH-USP.

direto dessa colônia anularia os *superavits* comerciais portugueses, ampliaria sua fonte de suprimento de algodão, abriria o mercado brasileiro para as manufaturas têxteis inglesas, entorpeceria o desenvolvimento das manufaturas portuguesas, aniquilaria a indústria francesa, razões mais do que suficientes para a adoção de medidas agressivas, rompendo a secular aliança com os portugueses. A primeira manifestação da nova política imperialista assumida pelos britânicos, enquadrada nos ditames do imperialismo do comércio livre, que buscava o domínio informal das economias periféricas, foi o estímulo desabrido ao contrabando, uma forma de guerra comercial bem conhecida, praticada sistematicamente na época mercantilista quando, não tendo colônias produtoras de riquezas significativas, sobretudo metais preciosos, os ingleses formalizaram a pirataria corsária, uma maneira fácil de se apropriar das riquezas coloniais que cruzavam os oceanos. A agressividade do comércio de contrabando cresce a partir de 1791 – ano da segunda inversão da balança comercial –, quando a presença registrada de navios estrangeiros amplia-se na barra do Rio de Janeiro, chegando ao ápice em 1800, quando 70 barcos são registrados no porto, exatamente o mesmo número de navios aí estacionados em 1808, quando foram declarados abertos os portos brasileiros. Isso significa que a partir de 1800 os portos brasileiros estão de fato abertos pela agressiva ação inglesa, facilitada pela

conivência das autoridades coloniais. Mercadorias inglesas eram trocadas por ouro em pó, em barra, e até mesmo mercadorias coloniais, a exemplo do cacau¹⁰.

Apressão via contrabando era, contudo, uma medida paliativa. Era a forma indireta de agir sem romper abertamente com o tradicional aliado. A forma direta, a tomada militar da colônia, porém, não estava fora da cogitação dos governantes ingleses. Por volta de 1805, um plano secreto de ocupação militar do Rio de Janeiro foi urdido pelas autoridades britânicas. Na hipótese de Portugal cair sob dominação napoleônica, uma esquadra com dez mil infantes deveria dirigir-se ao Rio de Janeiro e tomar posse do lugar de surpresa. Em caso de resistência, o alvo seria Salvador, na Bahia, e, alternativamente, Santa Catarina, que teriam o mesmo destino reservado a Goa, Macau e Madeira. Nos termos precisos do documento,

“Dez mil, incluindo infantaria, devem prosseguir [...] diretamente para o Rio de Janeiro. A intenção de se dirigir àquele lugar não deve ser divulgada. A expedição deverá adentrar a baía e as tropas desembarcadas com a menor impressão de hostilidade possível, de modo a tomar posse do lugar, de surpresa. Esta força não deverá tentar penetrar no interior do país, mas esperar no Rio de Janeiro até que a expedição de Lisboa chegue ao Brasil [...]. Poderá ser prudente fazer os habitantes entenderem que uma segunda expedição era esperada, acompanhada pelo Governo português;

10 Ernest Pijning, *Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth Century, Rio de Janeiro*, Baltimore, 1997, p. 82.

TABELA 3
FLUXO DE NAVIOS ESTRANGEIROS NO PORTO DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1791 E 1810

1791 = 9	1795 = 26	1799 = 39	1803 = 54	1807 = 47
1792 = 34	1796 = 16	1800 = 70	1804 = 54	1808 = 70
1793 = 29	1797 = 24	1801 = 64	1805 = 38	1809 = 83
1794 = 19	1798 = 27	1802 = 51	1806 = 59	1810 = 122

Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, caixas 492 e 493, códices 156 e 157, citado por: Roberto Simonsen, *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, São Paulo, Nacional, 1969, p. 440.

contudo, se eles se determinarem a se opor à nossa entrada, seria aconselhável que nossa expedição deverá prosseguir para a ilha de Santa Catarina, deixando a tomada do Rio de Janeiro para uma futura oportunidade”¹¹.

Planos que não foram postos em execução por conta da política procrastinadora de D. João, que levou os ingleses a adiarem sua execução até que, nos fins de 1807, quando a pressão napoleônica se avolumava sobre Portugal, os ingleses assinaram com os portugueses a Convenção Secreta de Londres, de 22 de outubro de 1807, portanto, apenas 36 dias antes do embarque da família real. Essa convenção, assinada pelo plenipotenciário português Domingos de Sousa Coutinho e pelo secretário de Estado inglês George Canning, pré-escreve a história futura de Portugal e Brasil: o deslocamento da corte; a abertura dos portos e os tratados comerciais de 1810. Concessões de tal ordem foram feitas que

atentavam contra a soberania do império, pois, no fundo, os ingleses se comprometiam com a preservação da dinastia dos Braganças no trono português, recebendo como moeda de troca a supremacia sobre a desejada colônia brasileira. Em seus nove artigos, explicitava a unilateralidade das relações que envolviam um império frágil e uma potência em ascensão:

- os ingleses ocupariam a Ilha da Madeira;
- protegeriam o embarque da família real e a escoltariam até a América;
- obrigava os portugueses a levar consigo sua marinha militar e mercante ao Brasil;
- assegurava a negociação de um tratado de auxílio e comércio entre os dois países;
- um artigo adicional, que foi excluído quando da ratificação da Convenção Secreta por D. João, reservava para os ingleses “um porto na ilha de Santa Catarina ou em qualquer lugar da costa do Brasil”, onde suas mercadorias teriam livre trânsito em embarcações

11 Dropmore Papers, v. CCC-CXXXI, Add. 59285 (held at the British Library Manuscripts Room), *An Outline of a Scheme to Transport the Prince Regent of Portugal, or His Son, to Brazil and to Send a Military Force to Assist the Emancipation of Spanish and Portuguese America and the Opening up of South America to British Trade*, 1805, before 25/June/1806.

TABELA 4
EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA PARA A INGLATERRA EM RELAÇÃO ÀS EXPORTAÇÕES GLOBAIS (EM LIBRAS)

	Total oficial	Algodão	Porcentagem
1807		15.000	
1808		165.337.000	
1809	1.227.038.000	582.920.000	47,51
1810	1.341.702.000	653.574.000	48,71
1811	1.083.194.000	623.751.000	57,58
1812	599.022.000	500.760.000	83,60
1813			
1814	1.190.337.000	740.793.000	62,23
1815	721.667.000	424.962.000	58,89
1816	869.539.000	650.613.000	74,82
1817	768.280.000	531.496.000	69,18
1818	1.030.251.000	807.495.000	78,38
1819	915.193.000	673.632.000	73,61
1820	1.245.748.000	942.857.000	75,69
1821	1.075.093.000	632.714.000	58,85
		Média	60,70

TABELA 5

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TECIDOS DE ALGODÃO DA INGLATERRA EM RELAÇÃO ÀS IMPORTAÇÕES TOTAIS (EM LIBRAS)

	Total	Algodão	Percentual
1808	2.379.000	1.413.000	59,39
1809			
1810			
1811			
1812	2.003.000	1.557.000	77,73
1813			
1814	1.612.000	1.081.000	67,06
1815	1.706.000	1.200.000	70,34
1816	1.828.000	1.225.000	67,01
1817	2.269.000	1.547.000	68,18
1818	3.160.000	2.121.000	67,12
1819	1.864.000	1.058.000	56,76
1820	2.232.000	1.384.000	62,01
1821	2.114.000	1.424.000	67,37
		Média	66,30

inglesas e gozariam dos mesmos direitos alfandegários usufruídos em Portugal;

- artigo vetado por D. João, mas confirmado nos tratados de 1810, uma eufêmica compensação dada aos ingleses pelo fechamento dos portos portugueses.

Com a abertura dos portos, a Inglaterra assegurava direitos preferenciais sobre o Brasil. Passava a ser seu principal parceiro comercial em substituição a Portugal, alcançando *superavits* constantes. Sequiosa pelo algodão brasileiro – a matéria-prima representava 60,7% de todas as exportações brasileiras para a Inglaterra –, ao mesmo tempo em que passava o Brasil a importar 66,3% em manufaturas têxteis de algodão, no conjunto de todas as importações que realizava da Inglaterra.

A partir de 1800, as manufaturas provenientes das fábricas portuguesas, que tinham mercado cativo no Brasil, passaram

por drástica redução, demonstrando que a ação via contrabando tinha atingido sua finalidade, abrindo o mercado colonial para as manufaturas inglesas.

O impacto sobre as novas indústrias francesas criadas sob estímulo napoleônico foi devastador. A França não tinha a matéria-prima fundamental: o algodão. Dependia do algodão brasileiro que lá entrava através de Portugal. A participação francesa na recepção de produtos coloniais brasileiros cresceu exponencialmente a partir de 1801, chegando ao clímax em 1807-08, quando 77,87% de todos os produtos brasileiros exportados eram consumidos pela França, dos quais 50% eram algodão e outros 19,2%, couros. O estancamento do fluxo de algodão em rama provocou o colapso das indústrias francesas, havendo cidades industriais, como Troyes, onde o número de desempregados ultrapassava a casa dos 10 mil,

crise essa que levou Napoleão a lamentar o fato de ter investido em indústrias para as quais não produzia, em seu próprio território, a matéria-prima fundamental.

O projeto urdido pelo Foreign Office alcançou plenamente seus objetivos. A colônia brasileira tornou-se efetivamente uma colônia inglesa, donde se concluiu que os motivos estruturais da transferência da corte estão assentes nos seus interesses e que, portanto, os franceses tiveram um papel circunstancial e até autodestrutivo, pois, se a pressão sobre Portugal definiu os portugueses em favor dos ingleses, o resultado foi o asfixiamento da indústria francesa pela carência de matéria-prima. D. João diligenciou para que as perdas fossem as menores possíveis. Se enfrentasse Napoleão, perderia o reino; se aderisse ao curso, perderia a colônia. Sua opção garantiu-lhe a preservação do reino e, acima de tudo, a continuidade dinástica dos Braganças, tanto em Portugal quanto na colônia, ao se tornar um Estado independente. Para os ingleses, tanto se lhes dava se a colônia adquirisse

sua emancipação sob regime monárquico ou liberal republicano, pois, de qualquer forma, seu interesse era a exploração indireta das novas nações independentes, livrando-se do ônus do domínio direto, preservando-se as vantagens da dominação econômica e financeira indireta, ainda mais se uma certa formalidade fosse possível, através de tratados comerciais vantajosos, como de fato se fez no Brasil.

Em suma, é fundamental reter que:

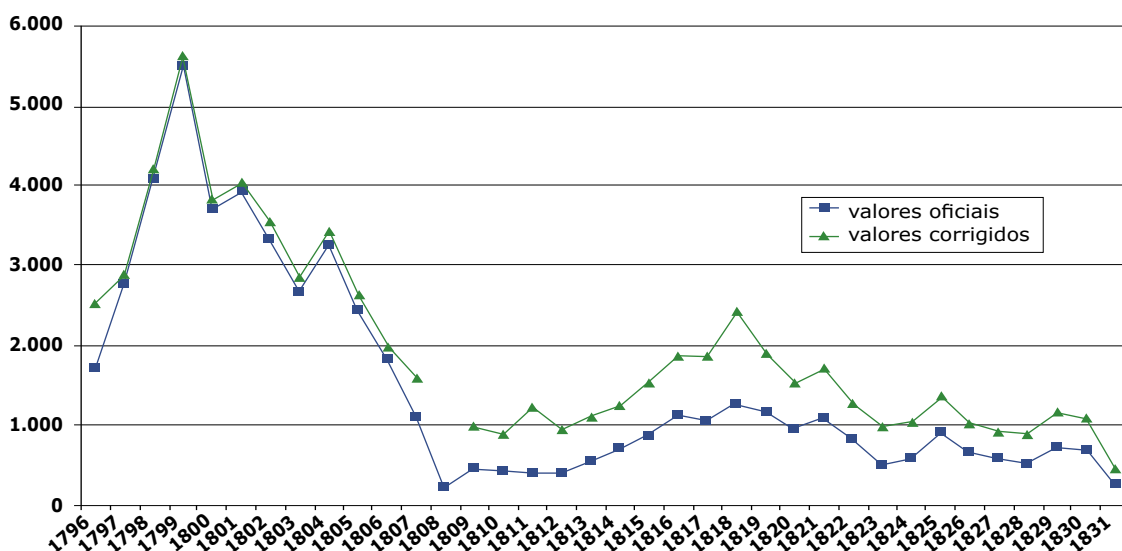
1) A transferência da corte e a consequente abertura dos portos brasileiros têm na ação inglesa seus motivos estruturais.

2) Para inverter a balança comercial, que se tornara favorável aos portugueses, os ingleses precisavam conquistar economicamente o Brasil, a razão principal do êxito português e das perdas inglesas.

3) George Canning projetou a ocupação do Rio de Janeiro e, alternativamente, a de Salvador e Santa Catarina, no ano de 1806, expedição militar que seria realizada por um contingente de 10 mil soldados, um segredo só recentemente desvendado.

GRÁFICO 1

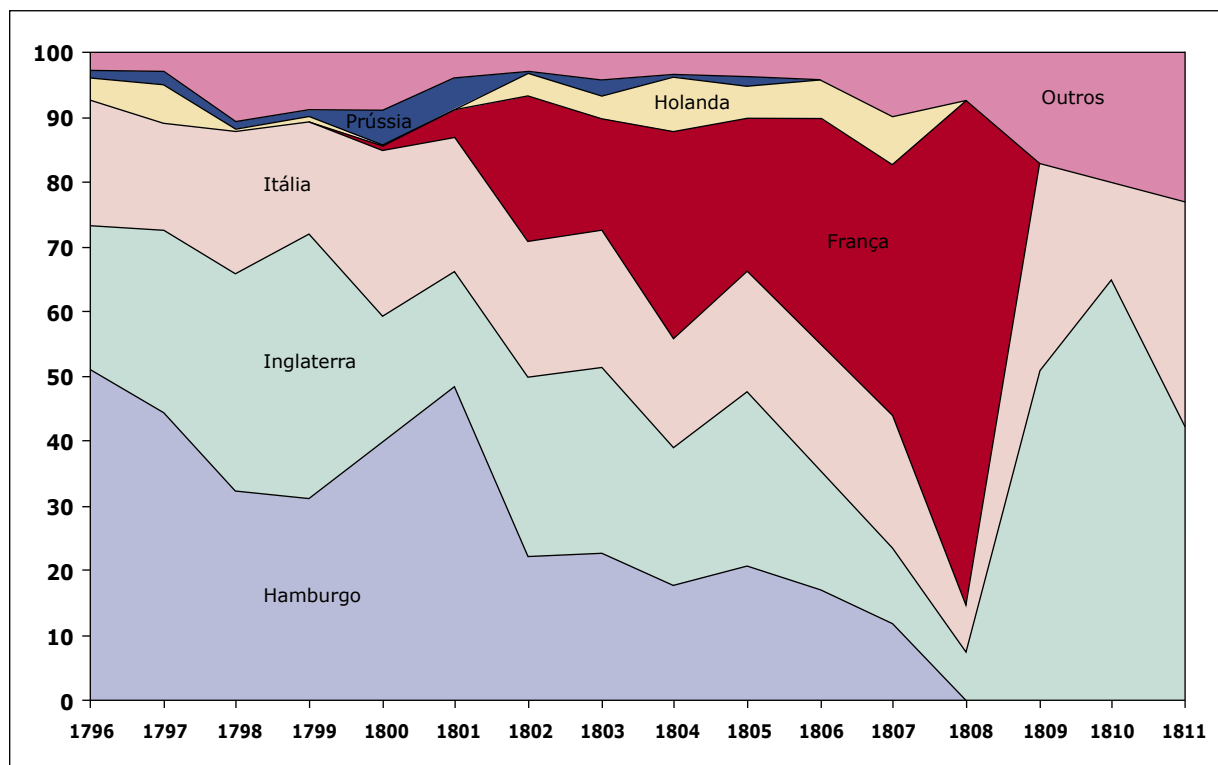
IMPORTAÇÕES COLONIAIS DE PRODUTOS DAS FÁBRICAS PORTUGUEAS (1796-1831), EM MILHARES DE RÉIS



Fonte: Pedro Lains, "Indústria sem Império: Portugal, 1808-1850", comunicação preliminar apresentada ao VII Congresso de História Econômica, Aracaju, 4 de setembro de 2007.

GRÁFICO 2

REPRESENTAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS BRASILEIROS EXPORTADOS PARA A FRANÇA



4) A vinda da família real portuguesa para o Brasil – a conseqüente abertura dos portos brasileiros e os tratados de 1810 – foi decidida previamente na Convenção Secreta de Londres, assinada em 22 de outubro de 1807.

5) A Convenção Secreta de Londres é uma reformulação do projeto de ocupação do Brasil, elaborado em 1805-06.

6) A política externa francesa tem papel conjuntural e facilitador do projeto urdido pelos ingleses.

7) Napoleão enterrou seu projeto de conquistar o mar pelo poderio da terra ao decretar a invasão de Portugal.

8) A aparente dubiedade de D. João era a postura certa num momento em que adiar as decisões, à espera de uma mudança radical nos acontecimentos, era a atitude

mais racional.

9) Os portos brasileiros foram abertos de fato a partir de 1800 pela ação violenta do contrabando, conferindo ao ato de 1808 um caráter formal.

10) A quebra do monopólio e a perda da exclusividade do mercado brasileiro bloqueiam a industrialização portuguesa pela perda de mercado fornecedor e consumidor absolutamente estratégico.

11) A abertura dos portos brasileiros corta o fluxo do algodão em rama para a França, asfixiando suas indústrias têxteis.

12) A Inglaterra transformou o Brasil em fornecedor de algodão e consumidor de têxteis industrializados, restabelecendo uma relação de tipo colonial, enquadrada nos regramentos do imperialismo do comércio livre.